

LISBOA,

6 **7** E **8** DE JULHO DE 2017

V CONGRESSO INTERNACIONAL

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO
E INOVAÇÃO

ATAS

PARTE I – TEXTOS
COMPLETOS

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELÊNCIA



O Presidente da República

FICHA TÉCNICA

Livro de Atas do V Congresso Internacional da Pró-inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial - "EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E INOVAÇÃO".

Parte I – Textos Completos.

Organização

Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial – Portugal

Editores

Luzia Lima-Rodrigues

David Rodrigues

Lília Aguardenteiro Pires

Margarida Loureiro

Designer

Christina Rebouço

ISBN

ISBN: 978-989-97306-1-8

Edição

Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

Lisboa, Portugal, 2017 | www.proandee.weebly.com

Suporte: eletrónico

Formato: PDF / PDF/A

Nota Editorial

Os textos completos e os respetivos resumos publicados neste livro de atas, partes I e II, não seguem obrigatoriamente o acordo ortográfico. A ortografia, assim como a grafia, a opinião e a idoneidade dos textos são única e exclusivamente da responsabilidade dos seus autores.

APOIOS

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELÊNCIA



O Presidente da República



V Congresso Internacional EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E INOVAÇÃO 2017

TEXTOS COMPLETOS



FLEXIBILIZAÇÃO DE PROJETOS CURRICULARES DE GRUPO: UM ESTUDO EM JARDINS-DE-INFÂNCIA COM CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Mesquita, H.*; Serrano, J.**; Petrica, J.**; Batista, M.***; Honório, S.***; Rodrigues, A. M.****

*Instituto Politécnico de Castelo Branco; iACT (Centro de Investigação em Inclusão e Acessibilidade em Ação); Centro de Estudos de Educação Especial, FMH-UL;

** Instituto Politécnico de Castelo Branco; FCT and CI&DETS (PEst-OE/CED/UI4016/2016);

*** Instituto Politécnico de Castelo Branco; RECI (Research, Education and Community Intervention);

**** Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade analisar se as Educadoras de Infância do ensino regular, flexibilizam/adaptam nos seus Projetos Curriculares de Grupo (PCG) os conteúdos, os objetivos, as estratégias ou metodologias e os recursos, tendo em conta as Necessidades Educativas Especiais (NEE). Procede-se ao levantamento de situações atuais, nomeadamente no que se refere à prática de quatro Educadoras de Infância que exercem funções educativas com grupos de crianças que têm incluídas crianças com NEE, duas num jardim-de-infância da rede pública e duas na rede privada.

Os instrumentos/técnicas de recolha de dados incidiram na análise documental dos PCG na entrevista semiestruturada às Educadoras de Infância e os dados foram tratados de acordo com a análise de conteúdo tendo em conta a definição das categorias, das unidades de significado, unidades de registo e de contextos.

Concluimos que da análise aos PCG os conteúdos, as estratégias/metodologias e os objetivos são selecionados para o grupo sem mencionar especificamente as crianças com NEE. No que respeita aos recursos humanos, constata-se a falta destes, tanto na análise aos PCG como às entrevistas, daí a dificuldade de gestão e organização do trabalho educativo por parte das Educadoras nas suas práticas educativas em grupos inclusivos.

Palavras-chave: Projetos Curriculares de Grupo, Necessidades Educativas Especiais, Educação Pré-Escolar, Flexibilização/Adaptação Curricular.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze if Kindergarten Educators of “regular teaching” make adaptations or flexibilize their contents, objectives, strategies, methods and resources in their Group of Curriculum Projects (GCP), considering children with Special Educational Needs (SEN). Current situations are examined by analyzing the practice of four kindergarten Educators who carry out educational functions with groups of children who have SEN, two in a public kindergarten and other two in private one.

Data collection instruments and/or techniques focused on documentary analysis of GCP's in a semi-structured interview with these Educators, and data were treated according to “content analysis” taking into account the definition of categories, meaning units, registration and contexts units as well.

We conclude from the analysis of GCP's content that strategies, methods and objectives are selected for the SEN group without any properly specifications. According to human resources it's verified the lack of these, both in the analysis of the GCP's and also in the interviews, hence the difficulty of the management and organization of educational assessments by the Educators in their educational practices in inclusive groups.

Keywords: Group of Curriculum Projects, Special Needs, Preschool Education, Flexibility/Adapting Curriculum.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um dos objetivos de todos os sistemas educativos das sociedades democráticas, proporcionando igualdade de oportunidades a todas as crianças. Para tal é necessário flexibilizar/adaptar o currículo para responder adequadamente às crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE) apresentam-se como um conjunto de princípios para apoiar o educador nas decisões sobre a sua prática e constituem-se como uma referência comum em relação à componente educativa para todos os educadores da rede nacional (Assis, 2005). Tornam-se, assim, um apoio importante para os educadores, contribuindo para a inclusão de todas as crianças e não apenas de algumas no processo educativo regular

A inclusão das crianças com NEE tem vindo a equacionar grandes perspetivas ao nível internacional e no âmbito nacional, através do Decreto-Lei 3/2008, foram definidos os objetivos da Educação Especial (EE): inclusão educativa e social; acesso e sucesso

educativos; preparação para a vida pós-escolar ou profissional; promoção da igualdade de oportunidades.

Visto a questão de a inclusão ser um tema fulcral do ponto de vista da igualdade e da coesão social, pretendemos, por isso, conhecer a realidade das práticas de alguns profissionais da Educação Pré-Escolar em ação, dado que as crianças com NEE têm direito de serem incluídas no ensino regular.

O objetivo centra-se em analisar se as Educadoras de Infância (EI) do ensino regular, flexibilizam/adaptam nos seus Projetos Curriculares de Grupo (PCG) os conteúdos, os objetivos, as estratégias/metodologias e os recursos, tendo em conta as NEE.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

a) Currículo e Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-Escolar (EPE) “é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida” (Lei 5/97, artº 2º), tendo como finalidades o desenvolvimento global das crianças em articulação estreita com a família e dar resposta a todas e a cada uma em particular. É numa perspetiva de educação para todos que a EPE “deverá adoptar a prática pedagógica diferenciada, centrada na cooperação, que inclua todas as crianças, aceite as diferenças, apoie a aprendizagem, responda às necessidades individuais” (ME, 1997, p. 19).

A aprendizagem é um produto da ação sobre o meio, que ao elaborar progressivamente o produto promove a ação: o projeto. Este é simultaneamente intenção e realização da ação que antecipa e lhe dá sentido ao traduzi-lo num produto único. Neste sentido, um projeto pressupõe uma equipa, esforço conjunto, colaboração, troca de conhecimentos, partilha de experiências, de dúvidas, de incertezas (ME, 2002). Por sua vez, Roldão (2000) explicita que a ideia de projeto se sustenta em três pontos essenciais:

- adequação em contexto (o projeto elabora-se para uma determinada situação);
- obedece a uma finalidade;
- a pessoa que o faz apropria-o.

Para a orientação pedagógica, o Ministério da Educação definiu para toda a Educação Pré-Escolar os instrumentos de apoio à organização e gestão do currículo: o Projeto Curricular de Estabelecimento/Escola (PCE); o Projeto Curricular de Grupo (PCG) e o Programa Educativo

Individual (PEI). O **PCE** é um documento que define as estratégias de desenvolvimento do currículo, visando adequá-lo ao contexto de cada estabelecimento/escola ou de agrupamento e integrado no respetivo Projeto Educativo (Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007) e deve contribuir para a qualidade de ensino-aprendizagem (Roldão, 1999b). O **PCG** é um documento que permite especificar estratégias de concretização e de desenvolvimento das Orientações Curriculares e do Projeto Curricular Educativo, adequando-as ao contexto de cada grupo de crianças. Deve ainda articular entre si e com os outros níveis de ensino os princípios de sequencialidade, articulação e interdisciplinaridade subjacentes a todo o processo educativo, como é referido na Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007, que acrescenta ainda sugestões da organização curricular do PCG

- **diagnóstico**
- **fundamentação das opções educativas**
- **metodologia**
- **organização do ambiente educativo**
- **intenções de trabalho para o ano letivo:** opções e prioridades curriculares, objetivos/efeitos esperados, estratégias pedagógicas e organizativas
- **previsão de procedimentos de avaliação**
- **relação com a família e outros parceiros educativos.**
- **comunicação dos resultados e divulgação da informação produzida.**
- **planificação das atividades.**

Há que referir ainda que ambos os projetos curriculares (de escola e de grupo) devem ser elaborados de modo a integrar e interdisciplinar os saberes e a observar globalmente as situações, flexibilizando o currículo. A relação que conhecemos entre o docente e o currículo centra-se na execução, ou seja, colocar em prática as orientações curriculares, tendo que construir, decidir e gerir o currículo, a ensinar ou fazer aprender (Roldão, 1999b).

O **PEI** é um documento que fixa e fundamenta os apoios especializados a crianças com NEE e as formas de avaliação, destinando-se a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional (Decreto-Lei nº 3/2008, art.º 14º), devendo conter o processo individual da criança.

É no PCG que iremos incidir este estudo, por a questão das NEE e da inclusão ser um tema fulcral do ponto de vista da igualdade e da coesão social. Pretendemos, assim, conhecer a realidade das práticas de alguns profissionais da EPE em ação, já que “assegurar que todos

aprendam mais e melhor passa hoje (...) pela capacidade de diversificar e adaptar o ensino aos alunos" (Roldão, 1999a).

b) Educador Como Construtor Do Currículo

Na elaboração de documentos de planificação como: PCG e PEI o educador deve ter em conta o Projeto Curricular de Estabelecimento/Escola ou de agrupamento e as diretrizes das Orientações Curriculares contextualizando-os de acordo com as características das crianças e do meio familiar (Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007). Neste sentido, o educador como gestor do currículo deve formalizar no PCG, as competências e os conteúdos adequados de acordo com as diferentes componentes curriculares, a adaptação da sequência temática, as metodologias a privilegiar, os projetos e as modalidades de inclusão a desenvolver. Por isso, é de assegurar a igualdade de aprendizagens para todas as crianças, independentemente das suas condições particulares, nomeadamente as das crianças com NEE.

Noutro sentido, o educador é considerado como avaliador dos saberes específicos de acordo com os conteúdos selecionados e articulados entre si, numa planificação coerente e eficaz para haver aprendizagens significativas (Roldão, 1999a).

Nesta linha de ideias, a Circular nº 4/DGIDC/DSDC/2011, de 11 de abril define a avaliação na EPE, que implica ao educador promover estratégias de intervenção adequadas às características de cada criança e do grupo, para poder recolher dados, através da observação contínua, sustentar a planificação e reajustar a ação educativa, com o propósito de proporcionar novas aprendizagens, ou seja, responder às necessidades individuais de cada criança.

Das seis finalidades referidas no documento, destacamos três, relacionadas com os processos de diagnóstico para a elaboração do PCG em articulação com outros documentos, pois são as que mais se relacionam com este estudo:

- contribuir para a adequação das práticas, com base na recolha sistemática de informação, permitindo ao educador regular a atividade educativa, tomar decisões e planear a ação;
- recolher dados para monitorizar a eficácia das medidas educativas definidas no PEI;
- conhecer a criança e o seu contexto, o que implica desenvolver processos de reflexão, partilha de informação e aferição entre os vários intervenientes – pais, equipa e outros profissionais – tendo em vista a adequação do processo educativo.

De acordo com a Circular nº 4/DGIDC/DSDC/201 compete ainda ao educador, na gestão curricular, “definir uma metodologia de avaliação de acordo com as suas concepções e opções pedagógicas, capaz de integrar de forma articulada os conteúdos do currículo e os procedimentos e estratégias de avaliação a adoptar” (p. 4). Por isso no processo de avaliação, a tomada de decisões da sua ação educativa ao conhecer cada criança e o grupo, quer na fase inicial do ano letivo (avaliação diagnóstica) ou em qualquer altura, vai permitir adaptar a sua intervenção (estratégias de diferenciação pedagógica), que contribui para elaborar, adequar e reformular o PCG – avaliação formativa.

c) Currículo e Necessidades Educativas Especiais

Para Diogo e Vilar (2000) o conceito de gestão flexível do currículo implica alguns aspetos, tais como: capacidade de adequar o currículo e condições em que se desenvolve a ação educativa; existência de soluções diferenciadas e ajustadas a uma determinada situação, para favorecer o sucesso educativo de todas as crianças.

Deste modo e seguindo a ideia destes autores, a gestão flexível do currículo implica a ideia de ajustamento contínuo, devendo incluir na prática:

- os planos educativos diferenciados (os objetivos gerais/específicos e os conteúdos devem ser adaptados a todas as crianças);
- o ambiente educativo variado: espaço, tempo, grupo de crianças;
- o não perder de vista o carácter dinâmico dos processos.

Para Leite (2002):

Um modelo de gestão local do currículo, apoiado em projectos curriculares de escola e de grupo/turma (...), implica que se tome em consideração os conhecimentos prévios das crianças em relação aos conteúdos que vão ser trabalhados, que se tome em conta as suas necessidades, interesses, ritmos de aprendizagem, etc., e que se incentive a sua participação nos espaços de debate e de decisão do currículo (como, por exemplo, na selecção dos conteúdos e dos valores que se querem promover e desenvolver) (p. 48).

A flexibilização da gestão do currículo é, portanto, adequar o currículo às particularidades das crianças, tendo em conta o historial da criança, o seu estilo cognitivo, as suas dificuldades, as suas motivações e interesses (Diogo e Vilar, 2000).

Segundo os mesmos autores, os docentes não são meros consumidores do currículo que desenvolvem práticas pedagógicas que se esgotam em meras técnicas. A diversidade é

como um fator potenciador de uma profissionalidade docente que promove interações enriquecedoras para todas as crianças, dos pontos de vista pessoal e social. Nesta perspectiva, a flexibilidade curricular pode ser considerada um processo de construção permanente de novas estratégias que respondem às dificuldades resultantes das diversidades.

Uma intervenção educativa inclusiva só o poderá ser quando: “transmitir conhecimentos e valores a todas as crianças e proporcionar qualidade de vida, mediante as adaptações curriculares” (González, 1996, p. 27). É através da articulação dos conteúdos que o docente como gestor do processo de desenvolvimento curricular e a criança como regulador deste mesmo processo, que se pode falar em adequação curricular.

O PCG pode ser um instrumento de trabalho do educador, para o ajudar a refletir sobre os seus conhecimentos e as suas práticas, tornando-se fundamental na ação educativa, pois o educador, através do roteiro geral do PCG, deve fomentar a inclusão e a flexibilização do currículo, desenvolver a diferenciação, respeitar a individualidade e identidade de cada uma das crianças, independentemente das suas condições de desenvolvimento. Deste modo, o educador coloca em prática as suas estratégias de ensino- aprendizagem, de forma a adaptar o currículo, tendo em conta as particularidades de todas as crianças (Cró, 2009).

Adaptar estratégias, no plano de ação didática, é também uma solução, utilizando o tipo de “aprendizagem cooperativa”. Pretende-se ajudar as crianças a viver melhor, trabalhando e divertindo-se em contextos sociais e didáticos, sendo importante no processo de aquisição de novos conhecimentos, alcançando assim os objetivos pretendidos. O educador ao proporcionar situações de aprendizagens cooperativas encoraja as crianças, de forma a promover o seu desenvolvimento através da integração das diversas áreas de conteúdo, principalmente, no desenvolvimento pessoal e social. Esta é a natureza do mundo, no qual tencionamos ser integrados (Unesco, 1996), com o intuito de progredir na aquisição de conhecimentos nas várias áreas do saber.

Os contextos curriculares abertos e flexíveis tornam possível a organização e gestão dos ambientes de aprendizagem favoráveis à inclusão das crianças com NEE, onde é possível respeitar as necessidades da criança vista como um todo, com sucesso nas suas aprendizagens e promovendo o ajuste das atividades/estratégias a todas as crianças e respetivas famílias.

Assim a inclusão é mais do que colocar a criança na sala de aula, pois envolve a qualidade e as mudanças a fazer no contexto educativo para todos as crianças:

A inclusão é um processo que visa responder à diversidade de necessidades de todos os alunos, através do incremento da sua participação na aprendizagem, na cultura e na comunidade e da redução da exclusão à educação. Envolve modificações nos conteúdos, nas abordagens, nas estruturas e nas estratégias e a convicção de que é responsabilidade do sistema educativo garantir a educação de todos os alunos (UNESCO, 2005, citado por DGIDC, 2011, p. 7).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA

A flexibilização/adaptação curricular na Educação Pré-Escolar é uma necessidade inegável, especialmente em grupos inclusivos. A educação inclusiva de crianças com NEE é um dos princípios do nosso sistema educativo. No momento da conceção do currículo, os docentes adaptam, inevitavelmente, decisões de planeamento direcionadas aos seus grupos. Tendo em conta esta situação, pretendemos encontrar respostas, através da análise documental (PCG) e da entrevista semiestruturada (EI), à nossa **questão de investigação**:

Será que as Educadoras de Infância, do ensino regular, flexibilizam/adaptam o currículo, tendo em especial atenção as crianças com NEE?

A partir da questão inicial traçámos como objetivo:

- Analisar se as EI, do ensino regular, flexibilizam/adaptam nos seus PCG os conteúdos, os objetivos, as estratégias/metodologias e os recursos em grupos com crianças com NEE.

Seguidamente delineamos como objetivos específicos:

- Analisar se as EI do ensino regular, flexibilizam/adaptam os conteúdos;
- Analisar se as EI do ensino regular, flexibilizam/adaptam as estratégias/metodologias;
- Analisar se as EI do ensino regular, flexibilizam/adaptam os objetivos;
- Analisar se as EI do ensino regular, flexibilizam/adaptam os recursos.

Consideramos que este trabalho se baseia numa modalidade de investigação qualitativa, que deriva do paradigma interpretativo. Trata-se de um estudo de caso, que Yin (2005) define como exploratórios, descritivos, explicativos e avaliativos. Para este autor, um estudo de caso é exploratório quando se conhece pouco da realidade em estudo e os dados servem para esclarecer e delimitar problemas ou fenómenos da realidade; é descritivo quando há descrição consistente e detalhada de um fenómeno no seu contexto natural; é explicativo

quando os dados pretendem determinar relações de causa e efeito em situações concretas, ou seja de que forma os factos acontecem em função dos outros e é avaliativo quando produz uma descrição detalhada, esclarece significados e permite a formulação de juízos, sendo esta a parte essencial da avaliação.

Carmo e Ferreira (2008) consideram que na metodologia qualitativa "os investigadores interagem com os sujeitos de uma forma natural e, sobretudo, discreta. Tentam misturar-se com eles até compreenderem uma determinada situação, mas procuram minimizar ou controlar os efeitos que provocam nos sujeitos de investigação" (p. 198).

Os instrumentos/técnicas de recolha de dados escolhidos são a análise documental aos PCG e a entrevista semiestruturada às EI, pois pretendemos analisar os documentos e para completar os dados consideramos importante aplicar entrevistas.

Das 15 instituições de Educação Pré-Escolar da rede pública/privada existentes na cidade de Castelo Branco apenas dois se disponibilizaram para participar nesta investigação.

As 4 EI participantes exercem funções educativas em grupos de crianças que têm incluídas crianças com NEE. Duas das EI trabalham num jardim-de-infância da rede pública (Agrupamento) e as outras duas numa creche/jardim-de-infância da rede privada (Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS).

Para tratamento dos dados recorremos à análise de conteúdo (Bardin, 1977) que tem por objetivo a manipulação de mensagens (conteúdo) para demonstrar os indicadores que permitem deduzir sobre uma determinada realidade que não a da mensagem e que passa por 3 fases: 1 – seleção das categorias; 2 – registo dos dados (unidades de registo); 3 – interpretação dos dados.

Na elaboração dos dois instrumentos referidos partimos de um conjunto de categorias pré-definidas, seguindo muito de perto as recomendações da Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007 na altura em vigor para apoio ao trabalho do EI na construção do PCG.

Assim, registámos os dados, obedecendo às categorias definidas previamente que se encontram no quadro 1, para a análise de conteúdo dos projetos curriculares de grupo, e no 2 para o guião da entrevista semiestruturada:

Categorias
Caracterização do grupo;
Identificação de interesses e necessidades;
Levantamento de recursos;
Fundamentação das opções educativas;
Organização do ambiente educativo do grupo/espço/tempo;
Opções e prioridades curriculares;
Objetivos/efeitos esperados;
Estratégias pedagógicas e organizativas previstas da componente educativa;
Previsão dos intervenientes e definição de papéis;
Previsão de procedimentos de avaliação.

Quadro 1 - Categoria da Análise de Conteúdo dos PCG

Categorias
Legitimação da entrevista e motivação;
Caracterização da Educadora de Infância;
Perspetiva geral da flexibilização/adaptação curricular: conteúdos; estratégias/metodologias; objetivos; recursos.
Processo de elaboração do Projeto Curricular de Grupo;
Conclusões e sugestões.

Quadro 2 - Categorias do Guião da Entrevista Semiestruturada.

3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise dos dados nos PCG temos como principal objetivo conhecer e perceber qual o processo de flexibilização/adaptação descrito, pelas EI, para os seus grupos com crianças com NEE, enquanto que a entrevista complementar os dados. Os resultados da análise dos PCG (PCG A, PCG C, PCG B e PCG D) foram assim cruzados com os dados das entrevistas (EI A, EI B, EI C e EI D), procurando evidenciar os resultados encontrados. Apresentamos a análise dos dados categoria a categoria, para melhor facilitar a sua compreensão. Comparamos os PCG em cada uma das categorias e triangulamos com as entrevista semiestruturada, pois as designações das categorias não são as mesmas, mas associam-se umas com as outras.

- Caracterização do grupo

Verifica-se que esta categoria foi considerada importante em três PCG, ao descreverem inúmeras particularidades do grupo, incluindo a criança com NEE: “ *[a criança com NEE] possui graves deficiências cognitivas e auditivas e encontra-se num estágio de desenvolvimento muito inferior à sua idade*”; “*grupo ativo (...) aceitam bem outras crianças (...) a criança com NEE*” e “*revelam alguma responsabilidade com a (...) [criança com NEE]*”; Apenas um (PCG C) não caracterizou a criança com NEE.

- Identificação de interesses e necessidades

Nos PCG encontram-se alguns interesses e necessidades, mas não os aprofundam ao nível do grupo ou individualmente, tornando-se implícitas as suas ações em relação às crianças com NEE. Apenas no PCG B são claramente reconhecidos os interesses e as necessidades da criança com NEE: “*Na motricidade fina (...) nem sempre respeitam os contornos quando pintam*”; “*Há crianças com alguma dificuldade na articulação de palavras*”; A criança com NEE apresenta problemas graves sobretudo nas áreas da comunicação, cognitiva, motora e sensorial, sendo um trabalho específico.

- Levantamento de recursos

Esta categoria não foi relevante na elaboração dos PCG, pois um PCG não abordou os recursos, outros 2 pouco ou nada os referiu e denota-se que o outro apenas descreveu alguns recursos para o grupo em geral. Não tendo nenhum deles em conta as crianças com NEE.

No entanto, na entrevista, três EI (A, C e D) mencionaram e sublinharam a falta de recursos humanos para conseguirem qualidade nas suas práticas, essencialmente para que as crianças com NEE tenham progressos notórios ao nível de desenvolvimento psico-sócio-cultural e a EI B não salienta a falta de recursos humanos, pois esta criança tem várias terapias fora do contexto educativo, daí que identificou os recursos essenciais para trabalhar com a sua criança na sala: “*Little Room*” *[pequena estrutura com luzes e fitas natalícias]* e “*Puff*”.

- Fundamentação das opções educativas

Nesta categoria, os PCG fundamentaram as suas opções educativas e metodologias em diversas fontes (Despachos, Decretos-Lei, Orientações curriculares e autores).

Porém, na elaboração dos PCG A, C e D basearam-se em fundamentos que não se fundamentam em referências bibliográficas, mas sim nos conhecimentos adquiridos através da experiência profissional, como são os exemplos: “*[o PCG] é o guia da minha ação*”

educativa (...) sujeito a uma avaliação constante e alterado sempre que as necessidades das crianças assim o exijam" (PCG C); "quando [a educadora] planifica tem que ter em atenção o grupo de crianças e o seu meio social e familiar" (PCG D).

Na entrevista, as EI não se prolongaram neste assunto, pois apenas referiram onde se basearam no processo de elaboração do PCG: "a circular nº17/DSDC/DEPEB/ 2007" e focaram o reconhecimento da flexibilização/adaptação para as crianças com NEE, como por exemplo: "em termos do PCT [PCG] aí tem que haver uma especificidade maior porque são características completamente diferentes e restritas" e com a criança com NEE no seu grupo "tem que haver um trabalho mais individualizado" e, por isso, "tendo crianças com NEE quer queira quer não tem-se de fazer uma adaptação", o que "contribui para enriquecer uma vez que são experiências" (EI A), entre outras afirmações do género.

- Organização do ambiente educativo do grupo/espço/tempo

Em todos os PCG há referência às rotinas, não só sobre o seu significado como também as identificam, bem como referem que a organização do espaço é importante para a realização do trabalho educativo para se atingirem os objetivos propostos. Apenas um, PCG (B), faz referência à organização do espaço tendo em atenção as necessidades da criança com NEE: "por termos uma criança em cadeira de rodas houve a necessidade de libertar o espaço", ou seja, a sala de atividades foi adaptada consoante as suas necessidades como confirmou na entrevista que "Little Room" e "Puff" são organizados neste espaço para favorecer não só esta criança como todas as outras.

Quanto ao tempo nos PCG, este é definido pelos horários de componente letiva e não letiva, em que nenhum incluiu o tempo que disponibilizam com a criança de NEE.

Nas entrevistas apenas a EI C evidenciou a sua disponibilidade para trabalhar com a criança com NEE, que sem Educadora da Educação Especial, declarou encontrar soluções, e demonstrou vontade de poder fazer mais: "(...) acompanho-a de 15 em 15 dias ao hospital na minha hora de almoço, como voluntária", mas depois referiu "não o faço todos os dias porque não posso, mas dois dias por semana trabalho sozinha com ela".

- Opções e prioridades curriculares

Nos PCG A, C e D esta categoria não parece ser muito importante, mas todos estão de acordo que as opções e prioridades são as crianças, não especificando as crianças com NEE. Por outro lado, salientaram o quanto é importante elaborar o PCG. Apenas no PCG B se refere a adequação das metodologias para favorecer a ação educativa, tendo a participação de

vários intervenientes, referindo a criança com NEE: *“As normas e regras são elaboradas em conjunto com as crianças e pôr elas compreendidas. Existe (...) a participação das crianças no planeamento das atividades e na sua avaliação”*, sendo fundamental não esquecer que *“as oportunidades devem ser iguais para todos”* e *“ [Para a criança com NEE] são necessárias várias adaptações/adequações nas atividades e materiais utilizados”*.

Deste modo, os PCG são fulcrais na prática educativa, pois tornam-se indispensáveis para melhor conhecer o grupo e para a seleção de estratégias, recursos, prioridades a serem adequadas ao grupo de crianças. Todos estes aspetos foram confirmados nas entrevistas realizadas às EI.

- Objetivos/efeitos esperados

Todos os PCG apresentam a seleção de objetivos para todo o grupo, tanto gerais como específicos, bem como competências a atingir, mas sem os mencionar para as crianças com NEE.

O entanto, é de salientar que nas entrevistas as EI A, B e C deram importância aos objetivos, referindo a sua flexibilização/adaptação para a criança com NEE, exceto a EI D, que não identificou nenhum.

- Estratégias pedagógicas e organizativas previstas na componente educativa

Nos PCG B, C e D há registo de algumas atividades e estratégias para o seu grupo de crianças, sem mencionar claramente a criança com NEE. Apenas o PCG A as referiu incluindo a criança com NEE: assume que *“para a criança com NEE, serão executadas planificações específicas e diferenciadas, em conjunto com os diferentes técnicos envolvidos”*.

Nas entrevistas as EI revelaram algumas flexibilizações/adaptações das estratégias que nos seus PCG não foram registados e que realizam com as crianças com NEE, como por exemplo: *“qualquer tipo de atividade a adaptamos às capacidades”* (EI B); *“tento adaptar para ela mais ou menos as atividades que eu faço com os outros meninos no dia-a-dia”* (EI D) entre outros.

Os conteúdos na *entrevista* foram considerados relevantes para as EI, tendo em conta as crianças com NEE, já que disseram que os flexibilizam/adaptam em relação aos do grupo.

- Previsão dos intervenientes e definição de papéis

No que diz respeito a esta categoria parece ser pouco relevante para as práticas das EI A, C e D, pois os seus PCG limitaram-se pela abordagem à cooperação com os familiares. O PCG B vai mais além ao acrescentar a colaboração e contacto com a comunidade e outros intervenientes no processo educativo.

Nenhum dos PCG fez enfoque a esta categoria relativamente às crianças com NEE, mas na entrevista as EI A e B sublinharam a importância do apoio educativo da Educadora da Educação Especial ao nível do processo de ensino-aprendizagem e também na elaboração do PCG e do PEI, mas por sua vez as EI C e D lamentaram a falta de apoio a este nível, o que as leva a encontrar outras soluções, tais como: *"Trabalho em equipa... faço a adaptação eu sozinha"* (EI C) ou no caso da EI D que já teve o apoio da Educadora da EE *"ligo a perguntar o que hei de fazer, como o faço... Ela [educadora da Educação Especial] dá-me algumas dicas e isso é muito importante"*

- Previsão de procedimentos de avaliação

Relativamente à avaliação, os PCG A e B registaram a forma de avaliação para todo o grupo como é definido na Circular nº 4/DGIDC/DSDC/2011, de 11 de abril, e nada é referido em relação às crianças com NEE.

Nos PCG C e D apenas foi registado que a avaliação é feita em grelhas, para todas as crianças, salientando que as grelhas de avaliação para as crianças com NEE são adaptadas consoante as suas capacidades e objetivos atingidos.

Como não era do nosso interesse analisar os procedimentos de avaliação, na entrevista não foi colocada nenhuma questão a este nível, daí que as EI não tenham mencionado este assunto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que da análise aos PCG, que em alguns casos, a articulação entre estes e os normativos coincide, mas os conteúdos, as estratégias/metodologias e os objetivos são selecionados nos PCG para o grupo sem mencionar especificamente as crianças com NEE.

No entanto através das entrevistas, as EI referiram sempre a flexibilização/adaptação dos conteúdos, estratégias/metodologias e objetivos no dia-a-dia, consoante as NEE da criança, tendo em conta as suas capacidades e interesses.

No que respeita aos recursos humanos, constata-se a falta de recursos humanos, tanto na análise aos PCG como às entrevistas, daí a dificuldade de gestão e organização do trabalho educativo com grupos inclusivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assis, A. (2005). As orientações curriculares: os sentidos nos discursos e nas práticas dos educadores de infância. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. Vol. I.
- Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Carmo, H. & Ferreira M. (2008). Metodologia da Investigação. Guia para autoaprendizagem. 2ª edição. Lisboa: Universidade Aberta.
- Circular nº 17/2007, de 10 de outubro: gestão do currículo na EPE.
- Circular nº 4/DGIDC/DSDC/2011, de 11 de abril: avaliação na Educação Pré-Escolar.
- Cró, M. L. (2009). Adaptações Curriculares para alunos com Necessidades Educativas Especiais: Formação no Ensino Superior. Revista Reflexão e Ação, v.17, nº1, pp.140-163.
- Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro: define os apoios especializados a prestar na EPE e nos ensinos básico e secundário (no público, particular e cooperativo), visando a criação de condições para alunos com NEE.
- DGIDC (2008). Educação Especial – Manual de Apoio à Prática. Lisboa: DGIDC.
- DGIDC (2011). Educação Inclusiva e Educação Especial. Lisboa: DGIDC.
- Diogo, F.; Vilar, A. (2000). Gestão Flexível do Currículo. Porto: Edições ASA.
- González, E. (coord.). (1996). Necesidades Educativas Especiales. Madrid: Editorial CCS.
- Lei-quadro da EPE nº 5/97, de 10 de fevereiro: consagra o ordenamento jurídico da EPE.
- Leite, C. (2002). Construção do Projecto Curricular: a identidade da escola. In: Silva, J. (Dir.) (2002). Actas do Encontro (Re)organização e Revisão Curriculares: Sentidos e Trajectos. Guimarães: Centro de Formação Francisco de Holanda, pp. 43-48.
- ME (1997). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

- ME. (2002). *Gestão Flexível do Currículo*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- Roldão, M. (1999a). *Os Professores e a Gestão do Currículo*. Porto: Porto Editora.
- Roldão, M. (1999b). *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME.
- Roldão, M. (2000). *Currículo e Gestão das Aprendizagens: as Palavras e as Práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- UNESCO (1996). *Materiais para Formandos: conjunto de materiais para formação de professores: Necessidades Especiais na Sala de Aula*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman.